

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O TEMPO BIBLIOGRÁFICO DE GIL VICENTE.

NUNES, Henrique Barreto

Ano: 2002 | Número: 112

Como citar este documento:

NUNES, Henrique Barreto, O tempo bibliográfico de Gil Vicente. *Revista de Guimarães*, 112 Jan.-Dez. 2002, p. 99-109.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O TEMPO BIBLIOGRÁFICO DE GIL VICENTE

Henrique Barreto Nunes

Um dos maiores especialistas da história da imprensa, Henri-Jean Martin, considera a história do livro como *terra incógnita*.

E, efectivamente, ainda hoje permanecem muitos mistérios por desvendar, mesmo quanto, à data dos primeiros textos impressos, podendo afirmar-se, contudo, que já se imprimia de modo industrial desde 1450, estando Gutenberg e Mogúncia, indiscutivelmente ligados a esta invenção, que outros também reivindicam como sua.

A “Bíblia de 42 linhas” deve ter sido concluída no último trimestre de 1454, embora nenhum exemplar conhecido ostente a data. Teriam sido impressos entre 160 a 180 exemplares, dos quais, ainda hoje, se conservam cerca de cinquenta.

O primeiro incunábulo, que apresenta a data de impressão é o “Saltério de Mogúncia” que João Fust terminou em 14 de Outubro de 1457.

Rapidamente a tipografia se espalhou por toda a Europa, tendo chegado à Itália cerca de 1465, à França em 1470 e à Espanha em 1472.

Até 1500, data em que se convencionou que termina o período incunabular, terão sido impressos na Europa 30000 títulos, com uma tiragem global de 20 milhões de exemplares.

Sessenta e cinco por cento dos incunábulos estavam escritos em latim e metade desses livros foram textos religiosos.

A outra metade era constituída, essencialmente, por obras literárias, científicas e jurídicas.

No séc. XV, a Bíblia teve mais de 110 edições em latim (11 italianas, 4 alemãs, uma francesa).

O autor latino mais publicado terá sido Cícero, com 316 edições. Da “Divina Comédia” de Dante conhecem-se 15 edições incunábulares.

E em Portugal? O que se sabe relativamente à introdução da imprensa? O que é que sabemos quanto à impressão dos primeiros livros?

Conhecem-se algumas notícias relacionadas com a impressão de incunábulo português em data anterior a 1487 - a data do primeiro livro que sabemos, efectivamente, ter sido impresso em território português.

Mas são referências vagas - sobretudo relativas às “Obras” do Infante D. Pedro ou à “Imitação de Cristo”, - a livros desaparecidos, cuja existência real não se pode comprovar, mas apenas presumir através de fontes indirectas.

De concreto, sabemos apenas - pelo menos até agora - que o primeiro livro impresso em Portugal foi o “Pentateuco”, que viu a luz do dia em Faro, em 1487, por obra e graça do judeu Samuel Gacon, sendo, por isso mesmo, impresso com caracteres hebraicos.

Há outras cidades, nomeadamente Leiria e Guarda, que defendem ter sido nelas que, primeiramente, se imprimiram livros em Portugal.

São questões levantadas muitas vezes por bairrismos exacerbados, mas sem consistência documental ou comprovação histórica.

Os judeus, fugindo às perseguições da Inquisição e expulsos de Espanha em 1487, revelam-se como os mais pujantes impressores em Portugal no período incunabular.

Até 1496, data em que, por sua vez, D. Manuel I os expulsa do país, produzem 13 incunábulo (2 em Faro, 8 em Lisboa e 3 em Leiria, onde se estabeleceu a família de Abraão d’Ortas).

Os restantes 16 livros, mais uma folha volante (certificado de indulgências do Papa Inocêncio VIII, de 1492?), impressos em Portugal até 1500, são de inspiração cristã.

É Chaves que se pode orgulhar de ter sido a primeira cidade onde se imprimiu um livro em português, isto, se não surgir alguma nova descoberta surpreendente, como a que o prof. Pina Martins revelou em 1965.

Nessa data, aquele grande especialista da história da tipografia anunciou que havia identificado um incunábulo, em cujo colofon estava expresso que tinha sido acabado de imprimir na cidade flaviense, em 8 de Agosto de 1489, com o título de “Tratado de confissom”.

Muita tinta fez correr esta descoberta, que destronou a “Vita Christi”, de 1495, da posição que longos anos ocupara como a do mais antigo livro impresso na nossa língua.

Aliás, a Chaves associa-se ainda um outro incunábulo que disputa também o lugar de mais antigo livro português. Trata-se de um “Sacramental” cujo colofon não se conserva, mas que também teria sido impresso em Chaves, em 18.4.1488, de acordo com um testemunho do séc. XIX.

Deixemos este tema para os especialistas, esperando que um dia haja maiores certezas quanto ao referido cimélio, do qual se conserva um único exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Voltemos ao “Tratado de Confissom”, também envolto em alguma polémica que nos escusamos de desenvolver, aceitando, porém, que a sua impressão se ficou a dever à iniciativa do arcebispo de Braga D. Jorge da Costa, na sequência das decisões tomadas no sínodo de 1488.

Trata-se de um manual de consulta, destinado a preparar os sacerdotes da extensa arquidiocese bracarense - que desconheciam ou dominavam muito mal o latim - para o correcto exercício das suas funções de confessores, não se dirigindo, como prova o Prof. José Marques aos peregrinos que buscavam Santiago de Compostela.

E teria sido executado em Chaves, talvez por um impressor ambulante de origem espanhola, cujo nome se desconhece, já que não consta do colofon, devido à proximidade desta cidade com Salamanca ou Zamora, onde aquela actividade já era intensa.

A D. Jorge da Costa se deve, igualmente, a encomenda de execução do “Breviarium Bracharense”, que Johann Gherlinc, impressor itinerante alemão, acabou de imprimir em Braga em 12 de Dezembro de 1494.

Trata-se não só do primeiro livro impresso em Braga (cujo 5º centenário foi condignamente celebrado naquela cidade, pela Biblioteca Pública, em Dez. 1994), como também do primeiro livro impresso em latim em Portugal.

Nesta língua, ainda então dominante em Portugal, até 1500 foram impressos mais 8 livros, dos quais mais 3 litúrgicos, 3 pedagógicos (um dos quais é a celebre “Gramática de Pastrana”, de Lisboa, 1497, cuja existência só foi revelada em 1954), um de astronomia (o “Almanaque Perpétuo” de Abraão Zacuto, impresso em Leiria em 1496) e uma obra literária (“Epistole et orationes” do humanista Cataldo Sículo, Lisboa, 1500, em casa de Valentim Fernandes).

Quanto aos 7 livros impressos em português, para além do(s) incunábulo(s) flaviense(s), devemos destacar a já referida “Vita Christi”, esplendoroso cimélio saído das oficinas do alemão Valentim Fernandes de Morávia que, com a colaboração de Nicolau da Saxónia, o executou em Lisboa, em 1495.

Das suas mãos, saiu igualmente um romance de cavalaria (“Estória do mui nobre Vespasiano”, 1496) e um tratado médico (“Regimento proveitoso contra a pestenença”, do mesmo ano).

O primeiro impressor português, que se conhece, é Rodrigo Álvares, natural de Vila Real, que talvez tenha utilizado as caracteres de Gherlinc para, no Porto, em 1497, compôr e imprimir as “Constituições de D. Diogo de Sousa”, então bispo daquela cidade e os “Evangelhos e epístolas”, o único cimélio bíblico de origem cristã que conhecemos entre a incunabulística portuguesa.

Aceitando que Gil Vicente nasceu por volta de 1470, podemos considerar que a sua formação, onde quer que ela se tenha verificado, coincidiu com o período incunabular, com a proto-história da tipografia portuguesa.

Teria ele cerca de 20 anos, quando se imprimiu o primeiro livro em português, em Chaves, como vimos.

Diz Paul Teyssier que *a sua formação deve ter sido feita em alguma escola conventual, sendo bem claro que Gil Vicente não frequentou ensino propriamente universitário.*

Carolina Michaelis de Vasconcelos afirma que o seu latim é com frequência muito incorrecto, é o latim da Igreja e não latim de humanista - Gil Vicente não teria tido formação humanista, embora haja reminiscências clássicas diversas ao longo da sua obra.

Dominava bem o “Breviário” de Braga, que refere na “Farsa de Inês Pereira”¹ o qual, como vimos, foi impresso, pela primeira vez, em 1494 e depois em 1512, em Salamanca, tal como os grandes textos litúrgicos - daí, as suspeitas quanto à sua formação conventual.

Diz Santos Simões que *Gil Vicente no final do século XV encontrou em Guimarães escolas onde pôde encontrar satisfação para a sua formação literária e cultural desde o Mosteiro da Oliveira com a Escola dos seus cônegos e passando pelas dos Franciscanos e Dominicanos.*

Segundo E. Asensio, conhecia a célebre cosmogonia de Bartholomeus Anglicus, “De proprietatibus rerum” através da edição espanhola impressa em Toulouse, em 1494, com o título “De las propiedades de las cosas”.

Ora um exemplar dessa edição é um dos 54 incunábulo existentes na Biblioteca Pública de Braga, certamente proveniente

¹ Irmã, eu t’assolverei
co breviairo de Braga.

Que breviairo, ou que praga!

Que nam quero: áque d’el-Rey!

VICENTE, Gil - *Farsa de Inês Pereira*. Lisboa: Início, 1970, p. 18.

de uma das casas monásticas do norte do país que estão na origem dos fundos antigos daquela biblioteca.

(Contudo, na Biblioteca Nacional existem 6 exemplares desse livro, em Coimbra um e em Évora outro..., portanto, isto não prova que Gil Vicente tenha estudado em terras minhotas).

Em Portugal conservam-se, hoje, 1888 incunábulos.

Teria Gil Vicente consultado alguns deles? Onde? De Juan del Encina, por exemplo, que teria sido fonte de inspiração para o “Monólogo do Vaqueiro”, existe uma obra na Biblioteca de Évora.

Enfim, mais um mistério vicentino que, dificilmente, será desvendado, tal como tantos outros relacionados com a vida e obra desta figura cimeira da nossa cultura.

Quanto ao livro português no tempo de Gil Vicente, que viu o seu primeiro auto representado em 1502, mais algumas breves considerações para preencher os objectivos deste seminário.

A produção bibliográfica portuguesa começou a ser incrementada no reinado de D. Manuel, que governou entre 1495 e 1521, e, não sendo em quantidade elevada (40 títulos), é qualitativamente valiosa, atingindo, porém, o período áureo no tempo de D. João III, embora igualmente tenha sido, durante este reinado, que a Inquisição encetou a sua nefasta acção.

Desde o início do século XVI, até 1536, ano em que deixamos de ter notícias do nosso autor, terão sido impressos em Portugal 104 livros (276 até 1550, mais de 1900 durante todo o século XVI).

Entretanto, aguardamos com grande expectativa a publicação do inventário do livro português impresso nesse século, para termos dados mais definitivos e, quem sabe, algumas surpresas.

A actividade tipográfica portuguesa no tempo de Gil Vicente não se rege por grandes preocupações culturais.

Cabe à Igreja, quer por necessidades doutrinárias, quer devido às suas responsabilidades organizacionais, a fatia mais importante dos livros impressos em Portugal até 1536 - 35 no total.

Seguem-se depois as publicações ligadas ao Estado (ao todo 17), de que se devem destacar as “Ordenações Manuelinas” (Lisboa,

1514; Évora, 1521), obra fundamental para a história jurídica e política do país.

No campo literário, a escassez de títulos é gritante: apenas 4 no período em apreço, merecendo especial relevo a edição do “Cancioneiro Geral”, ordenado e emendado por Garcia de Resende, e impresso em Almeirim e Lisboa por Hermão de Campos em 1516.

O humanismo, que terá tido as suas primícias nos pelos portugueses em 1500 com as “Epistole et Orationes” de Cataldo Sículo, só no final da década de 20 volta a dar sinais da sua existência com a “Epistola Plinii”, de Martinho de Figueiredo (Lisboa, 1529), estranhando-se, ainda hoje, a sua tardia entrada na problemática cultural portuguesa (embora se conheçam 2 livros de Aires Barbosa nos quais já se pressente a influência das *humaniores litterae* - só que foram impressos em Salamanca).

O que caracteriza a utilização da imprensa em Portugal, no primeiro quartel do século XVI, é a sua finalidade eminentemente prática, em proveito de instituições e serviços, quer religiosos quer civis.

Por isso, não é significativa a existência de oficinas tipográficas ao longo do território português, mantendo-se significativamente a predominância avassaladora de Lisboa, com alguns trabalhos em Braga onde, embora com uma actividade irregular, a imprensa esteve sempre presente na primeira metade do séc. XVI. Em Setúbal, Almeirim, Porto e Évora há indícios dessa actividade em igual período, mas muito ocasionalmente.

Coimbra, porém, só no 2º quartel do século se tornará o centro impressório mais importante de Portugal a seguir a Lisboa, graças à actividade desenvolvida pelos monges de Santa Cruz a partir de 1530, sob orientação do francês Germão Galharde.

E da obra de Gil Vicente, no tempo em que viveu, o que é que chegou até nós?

A sua obra completa, ou quase, a famosa “Copilação de todas as obras de Gil Vicente”, organizada pelo filho, só foi impressa em 1562.

Sabe-se, porém, que muitos dos seus autos tinham circulado impressos como folhetos ou folhas volantes, as quais devem ter estado na origem da “Copilação”.

De todos esses porém hoje só se conserva, que se saiba, o “Auto da Barca do Inferno”, presumivelmente de 1518, do qual resta um precioso exemplar na Biblioteca Nacional de Madrid.

Mas de outros conhece-se a existência através do insuspeito “Rol dos livros defesos”, organizado pela Inquisição em 1551, que inclui 7 autos de Gil Vicente proibidos de circular, certamente impressos em folhas volantes, e desses 7, de 3 nunca se encontrou rasto.

Quem consulta os catálogos e inventários dos incunábulos e dos livros impressos no séc. XVI apercebe-se, facilmente, que, de cada título, apenas se conservam hoje escassos exemplares, como é o caso do “Tratado de confissom” (1), “Breviário bracharense” (2), o Vespasiano (1), o “Regimento contra a pestenença” (2), as “Constituições D. Diogo” (2), a “Gramatica de Pastrana” (1), o “Missal bracarense” (4), que são autênticas preciosidades e, por isso, integram o património cultural português.

Infelizmente, em alguns casos, apenas em bibliotecas estrangeiras se podem encontrar esses raros exemplares: o “Pentateuco” de Faro, o primeiro impresso em Portugal, apenas se pode ver em Londres, o “Sacramental” de Chaves (?) no Rio de Janeiro, o “Missal” de 1496 também em Londres, etc., etc.

Aliás, basta ver que em Braga não se conserva qualquer dos 2 incunábulos impressos por iniciativa do seu arcebispo (o “Breviário” e o “Missal” de 1498, este executado em Lisboa por Nicolau de Saxónia) e são muitíssimo raros os exemplares do período que analisamos.

Como se explica tal situação?

As baixas tiragens dos primeiros livros fornecem-nos uma primeira justificação. A nível europeu, p. ex., entre 1480-1490 a média não ultrapassaria os 400 exemplares, mas, no final do séc. XV, já há edições que atingiriam facilmente o milhar, caso de breviários,

do código de Justiniano, dos sermões de Roberto Caraccioli, ou das Decretais de Gregório IX.

No início do séc. XVI, segundo H. J. Martin, a média das tiragens oscila entre os 1000 e os 1500 exemplares.

Quanto a Portugal, não conhecemos quaisquer números relativamente aos nossos incunábulos e primeiras impressões tipográficas do séc. XVI.

O primeiro dado concreto, que possuímos, diz respeito ao contrato que o arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa fez, em 8 de Set. de 1527, com João de Porras, impressor em Salamanca, a quem mandou executar 1500 breviários. Trata-se do “Breviario bracarense” de 1528, conservando-se o referido documento no Arquivo Distrital de Braga².

O uso feito pelo homem, a usura do tempo, o desgaste da matéria, o desleixo e o desinteresse ajudam a explicar a raridade ou mesmo o desaparecimento total de muitos títulos da nossa paleotipografia e de muitos impressos do séc. XVI.

Em Portugal, acidentes naturais (o terramoto de Lisboa de 1755) ou provocados pelo homem (o incêndio do Paço Arquiepiscopal de Braga em 1866) também contribuíram para o desaparecimento de algumas obras preciosas, com existência comprovada.

Recorro à palavra autorizada do grande bibliógrafo italiano Domenico Fava para explicitar melhor o que acabei de dizer

“As maiores perdas [bibliográficas] que devemos deplorar referem-se, como é natural, às obras de uso popular e de mais larga leitura, como livros escolares, almanaques e prognósticos, livros de devoção (ofícios e breviários) e obras que chamaremos de passatempo, como romances de cavalaria, lendas populares sacras e profanas, vidas de santos, poemets de actualidade. Sabemos que tais obras tinham repetidas edições e grandes tiragens, mas a enorme procura e o estrago que causava a passagem dos exemplares de pessoa a pessoa foram tais que

² Contrato de 1500 breviários que o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou imprimir do Rito Bracarense a João de Porras, vizinho de Salamanca. Braga, 8 de Setembro de 1527.

Arquivo Distrital de Braga, colecção cronológica, doc. 1638.

de muitas delas não ficou um único exemplar e de algumas um ou dois, nem sempre completos”.

Eis assim em breve síntese, que ignora muitos outros dados importantes, o que se me oferece dizer sobre o tempo bibliográfico de Gil Vicente.

BIBLIOGRAFIA

ANSELMO, Artur

1981 - *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

1991 - *História da edição em Portugal*. Porto: Lello, vol. 1

1994 - “O impressor Johann Gherlinc e o Breviarium bracharense de 1494”. *Forum*. Braga. 15/16 (Jan. 1994) 13-20

BLASSELLE, Bruno

1997 - *Histoire du livre*. Paris: Gallimard, vol. 1

FEBVRE, Lucien ; Martin, Henri-Jean

2000 - *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian

MACEDO, Jorge Borges de

1975 - “Livros impressos em Portugal no século XVI”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 9 (1975) 183-221

MARQUES, José

1986 - *Tratado de confissom: novos dados para o seu estudo*. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital

1988 - “O arcebispo D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal”. *Forum*. Braga. 4 (Out. 1988) 3-31

MARTINS, José V. de Pina

1970 - *O livro português no reinado de D. Manuel I*. Lisboa

1973 - *Tratado de confissom (Chaves, 8 de Agosto de 1489)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PEIXOTO, Jorge

- 1967 - "História do livro impresso em Portugal". *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra. 10/12: 37/48 (1964/1966) p. 1-26
- PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Inventário do Património Cultural Móvel
- 1995 - *Os incunábulos das bibliotecas portuguesas*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura
- RECKERT, Stephen
- 1985 - *O essencial sobre Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- SARAIVA, António José
- 1996 - *Para a história da cultura em Portugal*. Lisboa: Gradiva, vol. 2, p. 241-252
- SIMÕES, J. Santos
- 2002 - *Monumento a Gil Vicente*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento
- TEYSSIER, Paul
- 1982 - *Gil Vicente: o autor e a obra*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa